

*Repensando a alienação como atrofia moral**

Michael J. Thompson**

Resumo:

Neste texto discute-se como a atividade padronizada, mecanizada, da vida profissional moderna leva a uma cognição moral alienada. Vê-se aqui a alienação como a desintegração de formas autônomas de raciocínio moral, faculdades fundamentais da mente humana segundo o Iluminismo. Avalia-se que as formas integradas de dominação social da moderna vida econômica capitalista são capazes de ser legitimadas e de penetrar a estrutura de personalidade dos indivíduos e, dessa maneira, o processo de alienação se torna característico de quase todas as formas de interação social.

Palavras-chave:

Alienação; cognição moral; valores.

Rethinking alienation as moral atrophy

Abstract:

This paper discusses how the modern professional life and its standardized and mechanized activities lead to an alienated moral cognition. It shows alienation as the disintegration of autonomous forms of moral reasoning, fundamental faculties of the human mind according to the Enlightenment. It is estimated that the integrated forms of social domination derived from the modern capitalist economic life are able to be legitimated and to permeate individuals' personality structure and thus, the process of alienation becomes characteristic of almost all forms of social interaction.

Key words:

Alienation; moral cognition; values.

* Este estudo foi apresentado em um encontro da Associação Internacional de Sociologia em Buenos Aires, em agosto de 2012.
Tradução de Olga Maria Marques Charro.

** Professor associado de ciência política da Universidade William Paterson (EUA).

Introdução

Escrevendo no ápice da Revolução Industrial, em 1890, Émile Durkheim, refletindo sobre a natureza da relação entre o indivíduo e os modernos sistemas de produção econômica que lhe davam guarida, foi levado a observar: “Se vivemos amoralmente durante uma boa parte do dia, como podemos evitar que a moralidade se desprenda de nós?” (Durkheim, 1958, p. 12) O que Durkheim parece salientar é uma visão dual sobre a natureza da relação patológica entre a atividade padronizada, mecanizada, da vida profissional moderna e a erosão da capacidade de fazer juízos de valor moral. O ideal do Iluminismo, que viu a essência da liberdade moderna na posse e atividade de autonomia moral racional, estava sendo ameaçado. Quero me referir a essa percepção de Durkheim e propor o que vejo ser uma forma distinta de alienação nas sociedades contemporâneas, que representa não apenas as dificuldades de reviver o ideal de autonomia moral racional, mas também aponta para importantes concepções sobre a natureza do comportamento político e sobre a natureza da dominação social nas sociedades modernas.

Minha sugestão é que vejamos a alienação como a desintegração de formas autônomas de raciocínio moral e o deslocamento daquela capacidade no sujeito individual para valores-padrão mais amplos que são produzidos por formas altamente integradas de socialização e por padrões de socialização rotinizados. A alienação deste tipo à qual me refiro como cognição moral alienada implica vermos o fenômeno da alienação menos em termos do entendimento clássico do termo: como uma perda de sentido, solidão, ausência de normas, anomia e assim por diante mas, vejamos que a alienação constitui o distanciamento de uma faculdade fundamental da mente humana: a capacidade de julgamento moral racional.

As origens da compreensão iluminista de autonomia racional foi baseada na premissa de que as pessoas são capazes de organizar seus julgamentos morais de forma a não serem dependentes das decisões ou ideias de outros. Esta ideia básica moldou muito da filosofia moral moderna e está no cerne do que chamamos de cognição moral: a capacidade de fazer julgamentos morais. A distorção da cognição moral – especialmente devido às formas pelas quais os padrões de raciocínio moral são pré-formados pelos indivíduos – priva um indivíduo das formas racionais de escolha e de ação. Como resultado, o que vou referir como cognição moral atrofiada diz respeito às formas pelas quais essa capacidade de fazer julgamentos morais racionais por si mesmo tornam-se enfraquecidas. Isto ocorre devido à forte dependência de sistemas de valores e normas externas que se tornam tão predominantes nas sociedades modernas, de tal forma que o indivíduo torna-se alienado de seus próprios poderes de julgamento. Tal fato constitui, como discutirei abaixo, um caso extremo de alienação devido à sua capacidade de garantir formas mais amplas de aquiescência com as metas institucionais e sociais que não são do interesse de seus participantes.

Portanto, em contraste com a teoria básica que vê a alienação como um distanciamento do trabalho de um indivíduo, do significado do mundo e de uma sensação de impotência, vejo a alienação como um conceito útil para compreender as maneiras pelas quais as formas integradas de dominação social são capazes de ser legitimadas e de penetrar a estrutura de personalidade dos indivíduos. Este tipo de alienação faz com que participem de formas de organização social e de instituições que são orientadas não para os interesses objetivos da sociedade como um todo, mas para os interesses mais estreitos das elites.

Alienação como cognição moral atrofiada

Cognição moral é a faculdade que nos permite avaliar o mundo em que vivemos, codificá-lo em termos morais de “certo/errado” e é o meio pelo qual estabelecemos formas de ação ordenadas mais elevadas, tais como obrigações para com a família, amigos, sistemas jurídicos e outras instituições. Neste sentido, é uma faculdade abrangente que é responsável pela forma como organizamos a validade normativa das práticas, instituições, sistemas de crenças e assim por diante que prevalecem em nosso mundo e do qual participamos. A cognição moral alienada, portanto, pode ser vista como um processo no qual as estruturas e valores predominantes, que dão suporte à sociedade capitalista, são absorvidos e considerados pelos indivíduos como hábitos. Para ser mais preciso, as teorias clássicas da alienação que enfatizam os problemas da impotência, da solidão, do distanciamento da realização no trabalho etc, podem ser traduzíveis no problema da cognição moral. Minha proposição é que isso acontece dentro da esfera de *valores*: “(...) crenças avaliativas que sintetizam elementos afetivos e cognitivos para orientar as pessoas para o mundo em que vivem” (Marini, 2000, p. 2.828). A este respeito, os valores se transformam num meio de tipo especial que dá origem ao conceito de compreensão do mundo de um indivíduo. Os valores “fundem afeto e conceito” (Williams, 1979, p. 16) e, como resultado, são axiomáticos na criação de formas superiores de raciocínio e sentimento moral.

Em minha concepção, as crenças de uma pessoa sobre o mundo derivam de um sistema de valores básicos, que molda as atitudes e conceitos com os quais ela irá se posicionar no mundo e avaliar qualquer informação sobre ele.

O problema da cognição moral alienada fica claro na incapacidade das pessoas de fazerem julgamentos

independentes e autônomos sobre assuntos de consequência moral e política; implica que há uma base para a formação de opinião, não no raciocínio independente, mas no problema de congruência atitudinal que passa a prevalecer nas sociedades de massa. É, em termos kantianos, um estado de *heteronomia* combinado com uma falta de consciência desta condição ou de seu significado e consequências. A realidade da alienação, neste sentido particular, portanto, torna-se um problema de como um indivíduo passa a *desvalorizar* o mundo¹¹. Desvalorização significa que o sujeito passa a conhecer o mundo de acordo com esquemas de valores externos que não permitem sua participação nem requerem sua atividade. Mais ainda, significa que os valores que passam a moldar a gramática de suas faculdades cognitivo-morais estão eles próprios restando a capacidade de qualquer sujeito ser capaz de utilizar seu conhecimento por conta própria. Em vez disso, ele é forçado a utilizar estruturas de valor esquematizadas que são aplicadas às situações. Como resultado da natureza rotinizada dessas interações e situações, pensar por meio destes eventos torna-se menos uma questão de seu raciocínio pessoal e cada vez mais uma questão de estruturas automatizadas de referência – como se fossem roteiros morais rotinizados.

Isto significa que precisamos perguntar sobre a variável central neste modelo básico: a natureza de valores. Para os meus propósitos, vejo valores como conceitos normativos que dirigem a ação individual bem como moldam a estrutura de personalidade dos indivíduos. Quanto mais os valores se tornam o produto da repetição, menos estão baseados em uma consciência racional e ciente de sua legitimidade. Significa que a cognição moral alienada está operando *quando os valores que um indivíduo possui não são o produto de sua própria reflexão, mas dependentes de esquemas de valores externos que são aceitos como válidos e que são gerados para a coordenação da ação institucional*¹². Neste sentido, sou alienado, em outras palavras, quando não sou mais capaz de fundamentar as razões de minhas ações, minhas crenças, práticas e compromissos, mas, em vez disso, confio num conjunto já pré-formado de razões, fundamentos e valores que tornam o sistema fechado de meu mundo social legítimo para mim cognoscível, previsível e assim por diante.

A internalização de padrões de valor externos

A essência da heteronomia está no fato de um indivíduo representar ideias ou conceitos que não lhe são próprios em um sentido racional, mas originários de uma fonte externa ou internamente não racional (tal como a Igreja, aquilo que os pais dizem a eles, como suas emoções os dirigem e outros). Isto estava na origem da concepção de Rousseau de que são as formas de *legitimidade*, em qualquer sociedade, que são problemáticas, em vez das formas concretas reais de poder que a sociedade manifesta³³. As raízes de alienação moral são encontradas nas formas de socialização que as sociedades modernas tendem a promover.

Os valores passam a ser homogeneizados por instituições que são altamente racionalizadas e altamente rotinizadas. Daí, a concepção de Weber de que as normas que regem a sociedade emergem “apenas em casos raros por acordo autônomo de todos os participantes na ação futura de quem a lealdade para com as normas é esperada” (Weber, 1951, p. 468). Aqui, vemos as origens das formas dos fatores de socialização que podem dar origem à consciência moral alienada. No seu âmago, há o problema do desconhecimento de que as estruturas que estão sendo empregadas são de fato geradas externamente ao sujeito, por formas fortes de socialização que são dirigidas para objetivos institucionais racionalizados. O problema da alienação, portanto, refere-se, deste ponto de vista, à incapacidade de questionar tal realidade e/ou de ser capaz de aplicar ou gerar outros julgamentos morais a uma situação específica. Quando passo a ver as coisas “simplesmente como elas são” ou deixo de investigar as razões pelas quais códigos específicos de certo/errado, e assim por diante, são implícitos e intuitivos para o meu pensamento, então podemos começar a ver os lineamentos da consciência moral alienada. A relação entre cognição moral alienada e reificação não pode ser subestimada.

Lukács é claro ao afirmar que o fenômeno da reificação está fundamentado na natureza das formas modernas de trabalho e no processo de mercadorias:

¹ Isto pode ser vinculado explicitamente ao problema da reificação da consciência e, num sentido, é outra forma de dizer a mesma coisa. Como Gabel, (1963, p.69) argumentou: “o valor é essencialmente um corolário de desreificação; pois a reificação também implica uma desvalorização”.

² Esta ideia foi abordada antes, mas de uma forma um tanto diferente, por Gabel (1963, p.76)), que se refere a ela como “alienação axiológica”. Gabel argumenta que “podemos falar de alienação axiológica quando o valor deixa de ser uma questão de realização pessoal e torna-se participação ‘dependente’ num fator de valorização ‘externo à pessoa’, tal como o fator racial” Entretanto, Gabel não explora os mecanismos deste tipo de reificação, o que, de alguma forma, tento fazer aqui.

³ Mais especificamente, Rousseau argumenta que são as *convenções* que adotamos e não qualquer manifestação de violência ou força bruta que são responsáveis pela desigualdade de poder encontrada em qualquer ordem social: “Uma vez que nenhum homem tem a autoridade natural sobre seu semelhante, e uma vez que força não dá origem ao direito, as convenções portanto permanecem a base de toda a autoridade legítima entre eles.” (Rousseau, 1992, p.33)

Em consequência da racionalização do processo de trabalho as qualidades humanas e idiossincrasias do trabalhador aparecem cada vez mais como meras fontes de erro quando contrastadas com estas leis especiais abstratas funcionando de acordo com as previsões racionais. Nem objetivamente nem em sua relação com seu trabalho o homem aparece como o senhor autêntico do processo; ao contrário, ele é uma parte mecânica incorporada a um sistema mecânico (Lukács, 1971, p. 89)

Este elemento de reificação pode ser visto como se movendo no domínio do cognitivo-moral de forma similar. Com a penetração das formas racionalizadas de vida, da rotinização e da hegemonia crescente daquela forma de vida em mais e mais instituições da sociedade e da cultura, o processo de alienação passa a interromper o domínio do processo de trabalho sozinho e se torna característico de quase todas as formas de interação social⁴⁴. Não apenas o processo de trabalho, mas também as formas de amizade, aprendizagem, lazer - tudo sob o poder da mercantilização e, de maneira mais importante, a lógica institucional de que ela necessita que se torne passivamente aceita pelos agentes sociais (Gorz, 1989). De forma similar, Lukács observa, ainda, sobre os efeitos dos processos de trabalho racionalizados sobre o sujeito: “Ele os considera já preexistentes e autossuficientes, funcionam independentemente dele e ele tem que estar de acordo com as suas leis quer ele goste ou não (...) sua atividade torna-se cada vez menos ativa e cada vez mais *contemplativa*.” (Lukács, 1971, p. 89) Se avançarmos um pouco nessa concepção, então podemos ver que este processo que Lukács aponta, leva a um fenômeno mais amplo de *desativação* dos processos cognitivo-morais dos sujeitos, tanto assim que a consciência moral alienada torna-se verdadeiramente o cimento que assegura a legitimidade das modernas formas de exploração. Agora estamos aptos para investigar os mecanismos da cognição moral alienada.

Uma etiologia da consciência moral alienada

A internalização de padrões de valor de formas unificadas, sistêmicas e rotinizadas de socialização produz a base para a cognição moral alienada. Quando os sistemas de valores passam a ser enraizados dessa maneira nos indivíduos, eles passam a estabilizar a personalidade no contexto de um sistema social racionalizado e rotinizado. O resultado disto é que as práticas, preferências e ideias normativas que orientam as ações do indivíduo e as formas pelas quais o mundo é codificado e avaliado, também se tornam rotinizadas e unificadas.

Para ser mais específico, os valores que formam o sistema básico de valor da personalidade têm três componentes distintos: catexial, conceitual e epistêmico. Cada um tem um papel crucial na formação da cognição moral atrofiada devido à natureza intuitiva dos sistemas de valor e seu papel na estruturação de formas superiores de raciocínio e de análise moral. Como argumentei na seção 2, acima, na base de nossa faculdade cognitivo-moral está um sistema de valor básico que se caracteriza pela fusão de afeto e conceito. Portanto, os valores estão na origem das intuições morais que possuímos e também afetam as formas epistêmicas pelas quais pensamos o mundo, ativamente o compreendemos e recebemos informações sobre ele.

A meu ver, os três elementos de valores representam diferentes estágios de orientação. A dimensão *catexial* de valores molda o nosso investimento emocional no objeto de valor. Ela faz algumas pessoas reagirem com emoção quando ouvem sobre a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo; faz outros considerarem razoavelmente, senão racionalmente, argumentos a favor e contra. Isto está relacionado com a dimensão *conceitual* de valores em que os conceitos são o que estrutura o nosso mundo para nós. Nós não simplesmente sentimos através do mundo, dizemos a nós mesmos, “o casamento entre pessoas do mesmo sexo não é certo” ou “não é natural”, ou, em outros casos, “tudo bem, desde que os heterossexuais possam se casar”, e assim por diante. Estes dizem respeito à dimensão de valores seguinte, e mais elevada, a *epistêmica*. Com a qual formulamos argumentos para defender o que nossos valores parecem estar nos dizendo. Nas formas alienadas de cognição moral, as capacidades epistêmicas de um indivíduo são incapazes de fazer sentido racional de suas intuições morais. Elas são incapazes de chegar a critérios objetivamente racionais para justificar por que o casamento entre pessoas do mesmo sexo não deve ser legal, por que ouvir o seu chefe é a coisa certa a fazer, por que os alunos devem voltar às aulas, em vez de protestar contra a mensalidade, além de outros. Eles sentem e pensam isso, mas, em última análise, não estão conscientes das razões, ainda que não possam enfrentar o fato de que não sabem o porquê.

Tais situações parecem apontar para várias características destas dimensões de valores que podem nos conduzir a analisar quando um indivíduo está exibindo cognição moral alienada e quando não está. Eu resumo estas dimensões de valores e seus diferentes tipos na figura 1. Em termos da dimensão *catexial*, podemos dizer

⁴ Lukács observa sobre este tema que “a atomização do indivíduo é, então, apenas o reflexo na consciência do fato de que ‘leis naturais; da produção capitalista tem sido estendidas para cobrir cada manifestação da vida em sociedade; que – pela primeira vez na história – o conjunto da sociedade está sujeito, ou tende a estar sujeito, a um processo econômico unificado, e que o destino de todo membro da sociedade é determinado pelas leis unificadas.” (Lukács, 1971, p. 92)

que ela pode ser *intuitiva* ou *fundamentada*. Quando alguém está intuitivamente relacionado ao investimento em seus valores, irá reagir automaticamente sem refletir sobre o valor em si, muitas vezes para defender essas crenças e atitudes que veem como congruentes com outros na comunidade (Chaiken; Giner-Sorolla; Chen, 1996). A intuição passa a dominar sua reação e não há reflexão racional sobre sua forma de sentir ou sua forma de reagir. Por outro lado, a *catexia fundamentada*, permite ao indivíduo assegurar a orientação de valor numa relação objetiva consigo mesmo. Eles serão mais propensos à razão por meio de suas reações e mais propensos à razão por refletir criticamente sobre a forma como sentem o mundo e, portanto, mais abertos para adaptar ou rever seu valor ou sistema de crença, à luz de valores mais fundamentados. Isto tem um efeito direto sobre o tipo de conceitos que os indivíduos usam para estruturar e codificar seu mundo. Os conceitos que as pessoas usam podem ser *analíticos* ou *intuitivos*, no sentido de que são feitos de um conhecimento parcial do mundo, ou de um conhecimento mais abrangente e complexo (Tetlock, 1986). Aqueles que possuem conceitos que tendem a ser analíticos tendem a ver apenas elementos parciais do mundo, enquanto que conceitos intuitivos são capazes de reunir mais elementos de um fenômeno ou realidade para a consciência (Cf. Kuhn, 1991). Um racista pode acreditar que os negros são pobres porque acreditam na sua inferioridade racial. Mas o conceito de raça, o conceito de pobreza e os processos sociais que os produzem não são compreensíveis, pois seus conceitos o levam a ver o mundo de uma forma mais fragmentada e desconectada. Finalmente, isto está relacionado a dois estilos epistêmicos diferentes de pensar e receber informação, *difuso* ou *integrativo*. As capacidades epistêmicas difusas não são capazes de trazer informações coerentes sobre o mundo e podem, de fato, ir contra o sistema de valores que a pessoa possui. As capacidades epistêmicas integrativas, por outro lado, permitem aos indivíduos pensar de formas mais complexas, integrando diferentes tipos de informações e, mais importante, dispostos a rever suas ideias normativas sobre o mundo, à luz de nova evidência.

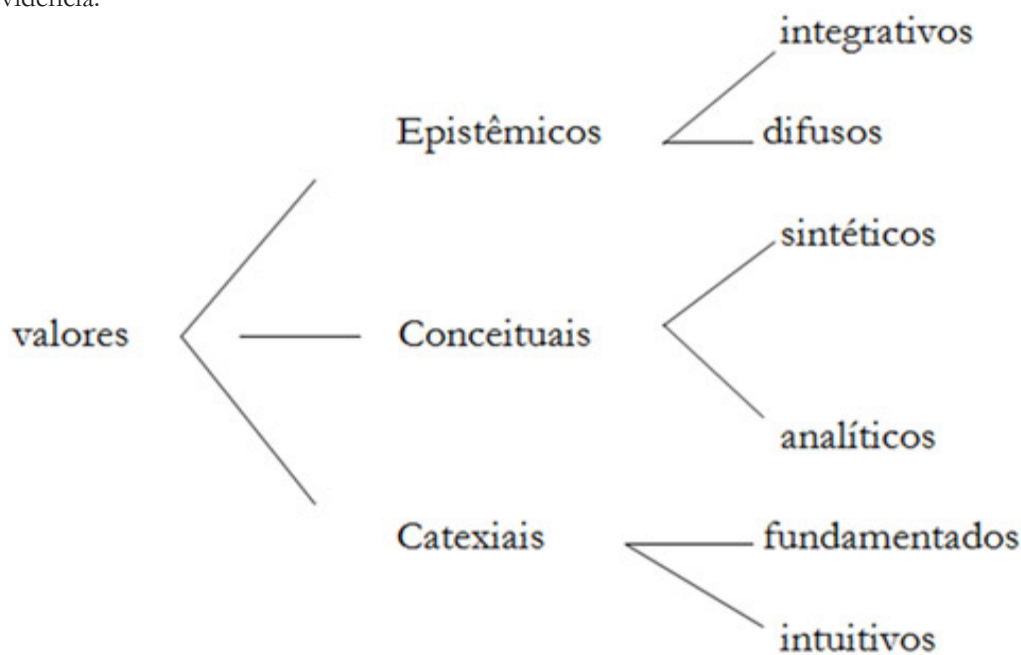


Figura 1: As dimensões dos valores e suas características

A causa da divergência entre os dois tipos de cognição moral tem origem na natureza da relação do indivíduo com seu sistema de valor. Quando a cognição moral é alienada, a variável principal, em meu modelo explicativo, é o sistema de valor básico do indivíduo: as formas que os valores que passamos a absorver (i) são capazes de navegar em nós por meio de formas altamente racionalizadas e rotinizadas da vida e das instituições e, no processo, enfraquecendo a criação de nossos próprios sistemas autênticos de valor e processos cognitivo-morais, e (ii) a atrofia resultante da cognição moral leva a formas intuitivas, analíticas e difusas de cognição moral que fazem da alienação uma questão que nos separa de (a) nossas próprias faculdades de raciocínio moral, e (b) da compreensão verificável e precisa do mundo.

Conclusão

“Sem um hábito arraigado de análise da opinião quando lemos, falamos e decidimos”, escreveu Walter Lippmann, nas primeiras décadas do século XX, “a maioria de nós dificilmente suspeitaria da necessidade de

melhores ideias, nem estaria interessada nelas quando elas aparecessem, nem seria capaz de evitar a nova técnica de inteligência política de ser manipulada” (Lippmann, 1960, p. 254). A cognição moral alienada é uma teoria que busca entender este problema e mostrar que ele tem suas raízes nas estruturas específicas da moderna vida econômica capitalista e de seus padrões mais amplos de racionalização e rotinização que se tornaram necessários para a sua legitimidade. Além de implicar pesquisa empírica, natureza do comportamento político e gênese da ideologia, vejo também que esta tese implica uma crítica das tendências discursivas/comunicativas e deliberativas em teoria política e social, bem como da filosofia moral. Se minha tese está correta, então suas implicações para o modelo habermasiano e de inspiração pragmática da teoria democrática são graves, pois não podemos contar com o poder do discurso razoável ou racionalista para conferir validade às reivindicações democráticas (Thompson, 2012a).

No final, cognição moral alienada me parece ser o fator central para explicar a natureza da subjetividade moderna. O impacto da massificação da sociedade e da alienação evoluiu, em outras palavras, além dos teóricos, que usaram a sociedade industrial como seu paradigma de base. A crescente racionalização e unificação de um sistema de valor básico, regular, garantido por instituições hierárquicas capazes de socializar os indivíduos em formas de legitimação da vida que predominam no âmbito de um sistema econômico capitalista, portanto, serve como explicação principal para formas de cidadania degenerada que passaram a caracterizar as sociedades avançadas. Na origem desta tese, está o fato de que as instituições capitalistas e sua lógica passam a dominar quase todas as esferas da vida moderna - da educação ao lazer, ao trabalho, à família, aos valores sociais etc- e apenas a aceitação daqueles valores que tal sistema social tolera será internalizada pela maioria dos sujeitos. As respostas à crise econômica, à desigualdade, à injustiça, à legitimação de hierarquias, além de outras, todas falam de uma incapacidade de conhecer as realidades de tal situação, sem mencionar a capacidade de elaborar formas de consciência críticas e de oposição. Na falta destas, podemos estar olhando para as fases finais da conclusão da grande gaiola de ferro da modernidade.

Referências bibliográficas

- CHAIKEN, S., R. GINNER-SOROLLA, S. CHEN Beyond Accuracy: Defense and Impression Motives in Heuristic and Systemic Information Processing. In P. Gollwitzer and J. Bargh (Eds) *The Psychology of Action: Linking Cognition and Motivation to Behavior*. New York, Guilford Press, 1996
- DURKHEIM, E. *Professional ethics and civic morals*. Glencoe, Illinois, The Free Press, 1958
- GABEL, J. *False Consciousness: A Study on Reification*. New York, Harper and Row, 1963.
- GORZ, A. *Critique of economic reason*. Londres, Verso, 1989.
- HERMAN, C. (Ed.) *Social influence: The Ontario Symposium*. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1987.
- KUHN, D. *The skills of argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LIPPMANN, W. *Public opinion*. Nova Iorque, Macmillan, 1960.
- LUKÁCS, G. *History and class consciousness*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1971.
- MARINI, M. Social values and norms. In: Borgatta, E. e Montgomery, R. (Ed.). *Encyclopedia of sociology*. Nova Iorque, Macmillan, 2000.
- TETLOCK, P. Cognitive Style and Political Belief Systems in the British House of Commons. In: *Journal of Personality and Social Psychology*, 46, 365–375, 1986.
- THOMPSON, M. The Wrath of Thrasymachus: value irrationality and the failures of deliberative democracy. *Political studies* (no prelo), 2012a.
- ROUSSEAU, J.-J. *Du contrat social*. Paris, GF Flammarion, 1990.
- WEBER, M. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen, J. C. B. Mohr, 1951.
- WILLIAMS, Jr., R. “Change and stability in values and value systems: a sociological perspective”. In: M. Rokeach (Ed.) *Understanding human values: individual and societal*. Nova Iorque, The Free Press, 1979.